

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 18/2021, do TCE/RS

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|---|----------------------|----------------------|
| | RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias) | 47.523.836,20 | 51.122.864,80 |
| DEDUÇÕES | | | |
| Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio | 1.200.000,00 | 1.250.000,00 | 1.300.000,00 |
| Compensação Financeira entre Regimes | 134.734,50 | 139.046,01 | 143.217,39 |
| Rendimentos de Aplicações de Rec. Previdenciários | 1.900.000,00 | 2.000.016,00 | 2.101.216,81 |
| Deduções da Receita Corrente | 5.433.253,21 | 5.900.325,39 | 6.195.600,34 |
| Outras deduções | - | - | - |
| III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II) | 38.855.848,49 | 41.833.477,41 | 44.500.535,37 |
| IV - Recursos (Federais) de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110) | - | - | - |
| V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento (III - IV) | 38.855.848,49 | 41.833.477,41 | 44.500.535,37 |
| VI - Recursos (Federais) de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120) | - | - | - |
| VII - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal (V - VI) | 38.855.848,49 | 41.833.477,41 | 44.500.535,37 |

Município de Barão
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2023 a 2025

| PODER EXECUTIVO | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|--|---------------|---------------|
| | Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF) | 20.982.158,18 | 22.590.077,80 |
| Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF) | 19.933.050,27 | 21.460.573,91 | 22.828.774,65 |
| Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF) | 18.883.942,36 | 20.331.070,02 | 21.627.260,19 |

| PODER LEGISLATIVO | 2023 | 2024 | 2025 |
|--|---|--------------|--------------|
| | Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF) | 2.331.350,91 | 2.510.008,64 |
| Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF) | 2.214.793,36 | 2.384.508,21 | 2.536.530,52 |
| Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF) | 2.098.215,82 | 2.259.007,78 | 2.403.028,91 |

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

| Exercício | 2.020 | 2.021 | 2.022 | 2.023 | 2.024 | 2.025 |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | Saldo | Saldo | Reestimativa | Previsão (Saldo Médio) | Previsão (Saldo Médio) | Previsão (Saldo Médio) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 975.270,28 | 4.362.354,92 | 7.727.751,47 | 10.655.125,26 | 9.748.410,55 | 8.643.762,43 |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Contratual (Inclusive parcelamentos) | 975.270,28 | 4.362.354,92 | 7.727.751,47 | 10.655.125,26 | 9.748.410,55 | 8.643.762,43 |
| Precedentes posteriores a 05-05-2000 | - | - | - | - | - | - |
| DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II) | 3.385.348,20 | 6.867.905,20 | 7.143.521,23 | 7.198.402,66 | 7.369.420,81 | 7.337.114,90 |
| Disponibilidade da Caixa Bruta | 3.935.098,70 | 7.712.478,85 | 7.290.493,62 | 7.312.690,39 | 7.438.554,29 | 7.347.246,10 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 596.159,58 | 892.549,39 | 193.381,47 | 160.696,81 | 115.542,56 | 56.540,28 |
| Demais Haveres Financeiros | 46.409,08 | 47.975,74 | 46.409,08 | 46.409,08 | 46.409,08 | 46.409,08 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II) | (2.410.077,92) | (2.505.550,28) | 584.230,24 | 3.456.722,60 | 2.378.989,74 | 1.306.647,53 |
| Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida | | | | 8,90% | | 5,69% |

| Operações de Crédito / Pagamentos | Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida | | | | | | Valores em R\$ |
|---------------------------------------|---|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| | 2.020 | 2.021 | 2.022 | 2.023 | 2.024 | 2.025 | |
| 2.1 - Operações de Crédito | Realizado | Realizado | Reestimativa | Previsão | Previsão | Previsão | |
| 2.1 - Operações de Crédito | - | 3.552.894,22 | 4.300.000,00 | 6.200.000,00 | 500.000,00 | 528.115,00 | |
| 2.2 Encargos - Exceto RPPS | 54.701,41 | 81.491,93 | 483.892,15 | 460.000,00 | 494.500,00 | 425.184,00 | |
| 2.3 Amortizações - Exceto RPPS | 615.493,30 | 626.680,59 | 692.217,00 | 400.000,00 | 412.800,00 | 425.184,00 | |

Fonte: Contabilidade

Dívida Pública Consolidada - É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido constatadas como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida - DCL - Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023
TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

| | RECEITAS PRIMÁRIAS | | RECEITAS PRIMÁRIAS | | RECEITAS PRIMÁRIAS | | RECEITAS PRIMÁRIAS | | RECEITAS PRIMÁRIAS | | RECEITAS PRIMÁRIAS | |
|--|----------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------|----------------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| | 2.020 | Arrecadação | 2.021 | Arrecadação | 2.022 | Projeção | 2.023 | Projeção | 2.024 | Projeção | 2.025 | Projeção |
| Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias | 27.594.292,70 | | 31.735.638,83 | | 38.166.880,00 | | 42.090.582,99 | | 45.222.539,42 | | 48.044.969,57 | |
| (-) Aplicações Financeiras em Geral | 14.206,90 | | 179.237,29 | | 505.000,00 | | 279.555,44 | | 294.271,24 | | 309.161,37 | |
| (-) Aplicações Financeiras do RPPS | 1.288.904,22 | | 271.137,44 | | 1.800.000,00 | | 1.900.000,00 | | 2.000.016,00 | | 2.101.216,81 | |
| (-) Outras Receitas Financeiras | 3.787,40 | | - | | - | | 985,67 | | 1.231,45 | | 570,91 | |
| (=) Receitas Primárias Correntes (I) | 26.287.394,18 | | 31.285.264,10 | | 35.861.880,00 | | 39.910.041,88 | | 42.927.020,72 | | 45.634.020,48 | |
| Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias | 396.266,37 | | 4.979.800,36 | | 5.460.000,00 | | 8.977.417,01 | | 3.413.105,87 | | 3.049.679,23 | |
| (-) Operações de Crédito | - | | 3.552.894,22 | | 4.300.000,00 | | 6.200.000,00 | | 500.000,00 | | - | |
| (-) Amortização de Empréstimos | 8.183,82 | | 2.886,23 | | 10.000,00 | | 8.701,31 | | 8.979,75 | | 9.249,14 | |
| (-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes | - | | - | | - | | - | | - | | - | |
| (-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias | - | | 1.688,32 | | - | | 715,70 | | 738,60 | | 760,76 | |
| (=) Receitas Primárias de Capital (II) | 388.082,55 | | 1.422.331,59 | | 1.150.000,00 | | 2.768.000,00 | | 2.903.387,52 | | 3.039.669,33 | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II) | 26.675.476,73 | | 32.707.595,69 | | 37.011.880,00 | | 42.678.041,88 | | 45.830.408,24 | | 48.673.689,81 | |
| DESPESAS PRIMÁRIAS | 2.020 | Pagamento | 2.021 | Pagamento | 2.022 | Pago Estimado | 2.023 | Projeção | 2.024 | Projeção | 2.025 | Projeção |
| Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias | 22.554.202,54 | | 26.439.546,25 | | 33.346.101,15 | | 36.872.021,88 | | 38.290.719,69 | | 40.880.553,43 | |
| (-) Juros e Encargos da Dívida | 54.701,41 | | 81.491,93 | | 493.892,15 | | 460.000,00 | | 494.500,00 | | 529.115,00 | |
| (=) Despesas Primárias Correntes (IV) | 22.499.501,13 | | 26.358.054,32 | | 32.852.209,00 | | 36.412.021,88 | | 37.796.219,69 | | 40.351.438,43 | |
| Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias | 2.418.852,26 | | 6.544.872,89 | | 9.145.718,00 | | 12.932.066,62 | | 6.176.566,07 | | 6.019.645,52 | |
| (-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos | - | | - | | - | | - | | - | | - | |
| (-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado | - | | - | | - | | - | | - | | - | |
| (-) Aquisição de Títulos de Crédito | - | | - | | - | | - | | - | | - | |
| (-) Amortização da Dívida | 615.493,30 | | 626.680,59 | | 692.217,00 | | 400.000,00 | | 412.800,00 | | 425.184,00 | |
| (=) Despesas Primárias de Capital (V) | 1.803.358,96 | | 5.918.192,30 | | 8.453.501,00 | | 12.532.066,62 | | 5.763.766,07 | | 5.594.461,52 | |
| DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V) | 24.302.860,09 | | 32.276.246,62 | | 41.305.710,00 | | 48.944.088,50 | | 43.559.985,76 | | 45.945.899,95 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII) | | | | | | | 4.263.911,50 | | 4.313.585,29 | | 4.300.995,73 | |
| DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI + VII) | | | | | | | 53.208.000,00 | | 47.873.571,05 | | 50.246.895,69 | |

| JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas) | 2.020 | 2.021 | 2.022 | 2.023 | 2.024 | 2.025 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Saldo | Saldo | Saldo | Projeção | Projeção | Projeção |
| 4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - União | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - União | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação | - | - | - | - | - | - |
| 4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação | 1.302.450,17 | 452.062,48 | 319.466,84 | 755.274,20 | 547.104,59 | 578.458,28 |
| JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas) | 2.020 | 2.021 | 2.022 | 2.023 | 2.024 | 2.025 |
| | Saldo | Saldo | Saldo | Projeção | Projeção | Projeção |
| 3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação | 323.513,19 | 329.638,81 | 377.390,18 | 375.289,11 | 387.830,65 | 406.781,88 |

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - União | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Estado | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação | - | - | - | - | - | - | - |

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DE RECURSOS - RCM (R.C.M. 1.000.000,00)

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2023

ANMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 | | 2024 | | 2025 | | % PIB (c / PIB) x 100 |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------|--|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | Valor Corrente (b) | Valor Constante | Valor Corrente (c) | Valor Constante | |
| Receita Total RPPS | 6.234.734,50 | 5.989.178,20 | 6.489.062,01 | 6.040.202,48 | 6.744.434,20 | 6.095.058,39 | Preenchimento Opcional Cte 12º Edição do MDF |
| Receitas Primárias RPPS (I) | 4.334.734,50 | 4.164.010,09 | 4.489.046,01 | 4.178.531,01 | 4.643.217,39 | 4.196.153,49 | |
| Despesa Total RPPS | 6.234.734,50 | 5.989.178,20 | 6.489.062,01 | 6.040.202,48 | 6.744.434,20 | 6.095.058,39 | |
| Despesas Primárias RPPS (II) | 6.234.734,50 | 5.989.178,20 | 6.489.062,01 | 6.040.202,48 | 6.744.434,20 | 6.095.058,39 | |
| Resultado Primário RPPS (I - II) | -1.900.000,00 | -1.825.168,11 | -2.000.016,00 | -1.861.671,47 | -2.101.216,81 | -1.898.904,90 | |

Fonte: Contabilidade

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,
R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | I-Metas Previstas em 2021 (a) | | % PIB Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF | % RCL | II-Metas Realizadas em 2021 (b) | | % PIB Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 12ª edição do MDF | % RCL | Variação | |
|--|-------------------------------|-------------|--|-------------------|---------------------------------|-------------|--|-------|----------|--|
| | Valor (c) = (b-a) | (c/a) x 100 | | | Valor (c) = (b-a) | (c/a) x 100 | | | | |
| Receita Total | 39.069.000,00 | 135,42% | | 127,26% | 2.353.560,81 | -6,02% | | | | |
| Receita Primárias (I) | 30.626.888,23 | 106,16% | | 113,38% | 2.082.395,78 | 6,80% | | | | |
| Despesa Total | 37.631.692,23 | 130,44% | | 114,33% | 4.647.273,09 | -12,35% | | | | |
| Despesa Primárias (II) | 36.951.660,62 | 128,06% | | 111,88% | 4.675.414,00 | -12,65% | | | | |
| Resultado Primário (I-II) | 6.324.772,39 | -21,92% | | 1,50% | 6.757.809,78 | -106,85% | | | | |
| Resultado Nominal | 5.172.418,20 | -17,93% | * | 0,00% | 5.172.418,20 | -100,00% | | | | |
| Divida Publica Consolidada | 1.966.722,51 | 6,82% | | 15,12% | 2.395.632,41 | 121,81% | | | | |
| Divida Consolidada Liquida | 473.463,75 | 1,64% | | -8,68% | 2.979.014,03 | -629,20% | | | | |
| FONTE: Contabilidade | | | | | | | | | | |
| Valor da Receita Corrente Líquida de 2021 | | | R\$ | 28.849.900 | | | | | | |

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2021), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, ficou em R\$ 1.731.720,60, valor superior à meta estabelecida para o ano, que era de R\$ -6.324.772,39. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2021 o desempenho dos grupos de receita tributária e de transferências correntes, que superaram a expectativa.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|----------------|------------|----------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | 2020 | 2021 | Variação % | 2022 | Variação % | 2023 | Variação % | 2024 | Variação % | 2025 | Variação % |
| Receita Total | 43.950.000,00 | 39.069.000,00 | -11,11% | 39.750.000,00 | 1,74% | 42.678.041,88 | 7,44% | 48.635.845,29 | 14,00% | 51.094.648,80 | 5,06% |
| Receitas Primárias (I) | 30.491.639,39 | 30.626.888,23 | 0,44% | 31.822.708,85 | 3,90% | 40.997.158,38 | 28,83% | 45.830.408,24 | 11,90% | 48.673.689,81 | 6,20% |
| Despesa Total | 43.950.000,00 | 37.631.692,23 | -14,38% | 39.750.000,00 | 5,63% | 54.068.000,00 | 36,02% | 48.780.871,05 | -9,78% | 51.201.194,69 | 4,96% |
| Despesas Primárias (II) | 39.385.447,53 | 36.951.660,62 | -6,18% | 38.629.907,91 | 4,54% | 53.208.000,00 | 37,74% | 47.873.571,05 | -10,03% | 50.246.895,69 | 4,96% |
| Resultado Primário (I - II) | - 8.893.808,14 | - 6.324.772,39 | - 28,89% | - 6.807.199,06 | 7,63% | - 10.529.958,12 | 54,69% | - 2.043.162,81 | - 80,60% | - 1.573.205,87 | - 23,00% |
| Resultado Nominal | - 7.513.727,08 | - 5.172.418,20 | - 31,16% | - 5.873.364,79 | 12,93% | - 10.149.973,03 | 272,81% | - 1.883.888,87 | - 81,44% | - 1.401.529,48 | - 25,60% |
| Divida Publica Consolidada | 7.012.481,81 | 1.966.722,51 | - 71,95% | 7.727.751,47 | 292,93% | 10.655.125,26 | 37,88% | 9.748.410,55 | - 8,51% | 8.643.762,43 | - 11,33% |
| Divida Consolidada Líquida | 4.887.959,07 | 473.463,75 | - 90,31% | 584.230,24 | 23,39% | 3.456.722,60 | 491,67% | 2.378.989,74 | - 31,18% | 1.306.647,53 | - 45,08% |

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|----------------|------------|----------------|------------|-----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | 2020 | 2021 | Variação % | 2022 | Variação % | 2023 | Variação % | 2024 | Variação % | 2025 | Variação % |
| Receita Total | 53.692.220,70 | 43.366.590,00 | -19,23% | 39.750.000,00 | -8,34% | 40.997.158,38 | 3,04% | 45.271.434,45 | 10,43% | 46.175.091,73 | 2,00% |
| Receitas Primárias (I) | 37.250.599,13 | 33.985.845,94 | -8,74% | 31.822.708,85 | -6,39% | 40.997.158,38 | 28,83% | 42.660.240,45 | 4,06% | 43.987.230,46 | 3,11% |
| Despesa Total | 53.692.220,70 | 41.771.178,38 | -22,20% | 39.750.000,00 | -4,84% | 51.938.520,65 | 30,66% | 45.406.614,70 | -12,58% | 46.271.379,04 | 1,90% |
| Despesas Primárias (II) | 48.115.862,14 | 41.016.343,29 | -14,76% | 38.629.907,91 | -5,82% | 51.112.381,93 | 32,31% | 44.562.074,19 | -12,82% | 45.408.963,01 | 1,90% |
| Resultado Primário (I - II) | - 10.865.263,02 | - 7.020.497,35 | - 35,39% | - 6.807.199,06 | - 3,04% | - 10.115.233,54 | 48,60% | - 1.901.833,74 | - 81,20% | - 1.421.732,55 | - 25,24% |
| Resultado Nominal | - 9.179.264,91 | - 5.741.384,20 | - 37,45% | - 5.873.364,79 | - 202,30% | - 9.750.214,25 | - 266,01% | - 1.753.577,05 | - 82,01% | - 1.266.585,71 | - 27,77% |
| Divida Publica Consolidada | 8.566.910,60 | 2.183.061,99 | - 74,52% | 7.727.751,47 | 253,99% | 10.235.470,95 | 32,45% | 9.074.096,31 | - 11,35% | 7.811.513,19 | - 13,91% |
| Divida Consolidada Líquida | 5.971.453,41 | 525.544,76 | - 91,20% | 584.230,24 | 11,17% | 3.320.578,87 | 468,37% | 2.214.430,95 | - 33,31% | 1.180.839,31 | - 46,68% |

Fonte: Contabilidade

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2023), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2020, 2021 e 2022), bem como para os dois seguintes (2024 e 2025), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Publica Consolidada e Divida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2020, 2021 e 2022 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2023

R\$ 1.00

| AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso) | | | | | | |
|--|----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|----------------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2021 | 2020 | 2019 | | |
| | % | | % | | % | % |
| Patrimônio/Capital | 66,28% | 21.402.946,47 | 17.130.947,34 | 16.875.353,67 | 98,51% | 0,00% |
| Reservas | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 33,72% | 10.889.086,21 | 4.271.999,13 | 255.593,67 | 1,49% | 0,00% |
| Ajustes de Exerc. Anteriores | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL | 100,00% | 32.292.032,68 | 21.402.946,47 | 17.130.947,34 | 100,00% | 100,00% |

| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | | |
|------------------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2021 | 2020 | 2019 | | |
| | % | | % | | % | % |
| Patrimônio/Capital | 111,28% | (2.165.484,40) | (2.487.066,54) | 1.921.269,88 | -77,25% | 0,00% |
| Reservas | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 0,00% |
| Resultado Acumulado | -11,28% | 219.448,92 | 321.582,14 | (4.408.336,42) | 177,25% | 0,00% |
| Ajustes de Exerc. Anteriores | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL | 100,00% | (1.946.035,48) | (2.165.484,40) | (2.487.066,54) | 100,00% | 100,00% |

| CONSOLIDAÇÃO GERAL | | | | | | |
|------------------------------|----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|----------------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2021 | 2020 | 2019 | | |
| | % | | % | | % | % |
| Patrimônio/Capital | 63,39% | 19.237.462,07 | 14.643.880,80 | 18.796.623,55 | 128,36% | 0,00% |
| Reservas | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 36,61% | 11.108.535,13 | 4.593.581,27 | (4.157.742,75) | -28,36% | 0,00% |
| Ajustes de Exerc. Anteriores | 0,00% | - | - | - | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL | 100,00% | 30.345.997,20 | 19.237.462,07 | 14.643.880,80 | 100,00% | 100,00% |

Fonte: Contabilidade

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido, o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência na variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2019 a 2021, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 14.643.880,80 em 31.12.2019 para R\$ 30.345.997,20 em 31.12.2021.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2021 com superávit patrimonial.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2021 | 2020 | 2019 |
|--|-----------------|------------------|-------------------|
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019 | | | 166.290,53 |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | - |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | 73.181,77 | - |
| Alienação de Bens Móveis | - | 73.181,77 | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - |
| Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens | 1.053,10 | 760,59 | 1.170,53 |
| TOTAL | 1.053,10 | 73.942,36 | 167.461,06 |

| DESPESAS EXECUTADAS | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|------------------|------------------|-------------------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | |
| Investimentos | 56.924,91 | 15.776,10 | 151.749,75 |
| Inversões Financeiras | 56.924,91 | 15.776,10 | 151.749,75 |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID. | | | |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | - | - | - |
| TOTAL | 56.924,91 | 15.776,10 | 151.749,75 |
| SALDO FINANCEIRO | 18.005,76 | 73.877,57 | 15.711,31 |

Fonte: Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2019, 2020 e 2021).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado correlatamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Barão
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| RECEITAS CORENTES (I) | | | |
| Receita de Contribuições dos Segurados | | | |
| Civil | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Militar | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | | | |
| Civil | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Militar | | | |
| Ativo | | | |
| Inativo | | | |
| Pensionista | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receita Patrimonial | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | |
| Receita de Serviços | | | |
| Outras Receitas Correntes | | | |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | |

| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹ | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|--|
| Demais Receitas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II) | | | | |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Benefícios - CIVIL | | | | |
| Aposentadorias | | | | |
| Pensões | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | |
| Benefícios - Militar | | | | |
| Reformas | | | | |
| Pensões | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | | | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V) | | | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)² | | | | |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2019 | 2020 | 2021 | |
| VALOR | | | | |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 | |
| VALOR | | | | |
| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | | | | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | | |
| Outros Aportes para o RPPS | | | | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | | | | |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 0,00 | 0 | 0 | |

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| Investimentos e Aplicações | 17.289.361,05 | 20.005.444,10 | 21.744.338,66 |
| Outro Bens e Direitos | | | |
| PLANO FINANCEIRO | | | |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | | |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 4.735.670,13 | 4.722.846,79 | 3.893.899,68 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 683.646,94 | 876.905,97 | 1.022.459,74 |
| Civil | 683.646,94 | 876.905,97 | 1.022.459,74 |
| Ativo | 683.646,94 | 876.905,97 | 830.950,31 |
| Inativo | 0 | 0 | 169.765,58 |
| Pensionista | 0 | 0 | 21.743,85 |
| Militar | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Contribuições Patronais | 859.835,62 | 988.700,87 | 884.368,19 |
| Civil | 859.835,62 | 988.700,87 | 884.368,19 |
| Ativo | 859.835,62 | 988.700,87 | 884.368,19 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Militar | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Receita Patrimonial | 1.922.468,70 | 1.288.904,22 | 271.137,44 |
| Receitas Imobiliárias | 0 | 0 | 0 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 1.922.468,70 | 1.288.904,22 | 271.137,44 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Serviços | 0 | 0 | 0 |
| Outras Receitas Correntes | 1.269.718,87 | 1.568.335,73 | 1.715.934,31 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 107.132,61 | 106.529,13 | 97.668,70 |
| Demais Receitas Correntes | 1.162.586,26 | 1.461.806,60 | 1.618.265,61 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0 | 0 | 0 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0 | 0 | 0 |
| Amortização de Empréstimos | 0 | 0 | 0 |
| Outras Receitas de Capital | 0 | 0 | 0 |

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII) 4.735.670,13 4.722.846,79 3.893.899,68

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| Benefícios - Civil | 1.790.857,04 | 1.997.609,24 | 2.146.848,70 |
| Aposentadorias | 1.435.598,86 | 1.749.251,72 | 1.884.887,12 |
| Pensões | 124.785,98 | 153.227,58 | 261.961,58 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 200.472,20 | 95.129,94 | 0 |
| Benefícios - Militar | 0 | 0 | 0 |
| Reformas | 0 | 0 | 0 |
| Pensões | 0 | 0 | 0 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0 | 0 | 0 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 20.623,69 | 9.154,50 | 8.156,42 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 20.623,69 | 9.154,50 | 8.156,42 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 1.781.480,73 | 2.006.763,74 | 2.155.005,12 |

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)² 2.594.189,40 2.716.083,05 1.738.894,56

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|------------|--------------|--------------|
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 799.619,89 | 1.052.806,99 | 1.157.394,60 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0 | 0 | 0 |

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|----------|----------|----------|
| RECEITAS CORRENTES | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0 | 0 | 0 |

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS

| | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|----------|----------|----------|
| DESPESAS CORRENTES (XIII) | 0 | 0 | 0 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XIV) | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV) | 0 | 0 | 0 |

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) 0 0 0

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

| PLANO PREVIDENCIÁRIO | | | | |
|----------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|---|
| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício) |
| | | | | |

| PLANO FINANCEIRO | | | | |
|------------------|------------------------------------|------------------------------------|--|---|
| EXERCÍCIO | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) = (a-b) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |
| 2021 | 3.974.281,22 | 2.235.386,66 | 1.738.894,56 | 21.744.338,66 |
| 2022 | 5.196.456,52 | 2.494.259,04 | 2.702.197,48 | 24.446.536,14 |
| 2023 | 5.440.604,45 | 2.547.538,68 | 2.893.065,77 | 27.339.601,91 |
| 2024 | 5.653.039,73 | 2.637.451,41 | 3.015.588,32 | 30.355.190,23 |
| 2025 | 5.420.665,97 | 2.901.332,67 | 2.519.333,30 | 32.874.523,53 |
| 2026 | 6.046.323,60 | 3.049.022,29 | 2.997.301,31 | 35.871.824,84 |
| 2027 | 6.355.366,94 | 3.198.477,50 | 3.156.889,44 | 39.028.714,28 |
| 2028 | 6.787.681,44 | 3.718.903,91 | 3.068.777,53 | 42.097.491,81 |
| 2029 | 7.170.876,57 | 4.084.978,01 | 3.085.898,56 | 45.183.390,37 |
| 2030 | 7.749.289,05 | 4.362.749,13 | 3.386.539,92 | 48.569.930,29 |
| 2031 | 8.182.404,82 | 4.749.942,27 | 3.432.462,55 | 52.002.392,84 |
| 2032 | 8.608.621,45 | 5.101.863,83 | 3.506.757,62 | 55.509.150,46 |
| 2033 | 9.046.920,19 | 5.467.662,96 | 3.579.257,23 | 59.088.407,69 |
| 2034 | 9.787.152,19 | 5.841.122,27 | 3.946.029,92 | 63.034.437,61 |
| 2035 | 10.218.522,18 | 6.063.550,45 | 4.154.971,73 | 67.189.409,34 |
| 2036 | 10.690.125,88 | 6.347.694,99 | 4.342.430,89 | 71.531.840,23 |
| 2037 | 11.648.416,42 | 6.944.619,24 | 4.703.797,18 | 76.235.637,41 |
| 2038 | 12.104.977,79 | 7.076.629,91 | 5.028.347,88 | 81.263.985,29 |
| 2039 | 12.838.663,49 | 7.773.920,19 | 5.064.743,30 | 86.328.728,59 |
| 2040 | 13.479.633,33 | 8.252.836,22 | 5.226.797,11 | 91.555.525,70 |
| 2041 | 14.434.086,23 | 8.459.167,03 | 5.974.919,20 | 97.530.444,90 |
| 2042 | 15.237.015,07 | 9.090.831,53 | 6.146.183,54 | 103.676.628,44 |
| 2043 | 15.928.929,29 | 9.472.584,82 | 6.456.344,47 | 110.132.972,91 |
| 2044 | 16.683.132,28 | 9.934.157,10 | 6.748.975,18 | 116.881.948,09 |
| 2045 | 18.072.410,33 | 10.566.372,53 | 7.506.037,80 | 124.387.985,89 |
| 2046 | 19.073.114,55 | 11.305.356,57 | 7.767.757,98 | 132.155.743,87 |
| 2047 | 19.846.019,72 | 11.594.152,55 | 8.251.867,17 | 140.407.611,04 |
| 2048 | 20.831.845,60 | 12.209.595,99 | 8.622.249,61 | 149.029.860,65 |
| 2049 | 21.674.984,34 | 12.517.315,15 | 9.157.669,19 | 158.187.529,84 |
| 2050 | 22.507.125,43 | 12.738.516,62 | 9.768.608,81 | 167.956.138,65 |
| 2051 | 23.432.185,54 | 13.053.670,03 | 10.378.515,51 | 178.334.654,16 |

| | | | | |
|------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| 2052 | 24.405.765,84 | 13.381.925,12 | 11.023.840,72 | 189.358.494,88 |
| 2053 | 26.195.147,99 | 13.854.711,78 | 12.340.436,21 | 201.698.931,09 |
| 2054 | 27.435.735,60 | 14.388.020,56 | 13.047.715,04 | 214.746.646,13 |
| 2055 | 25.149.163,81 | 14.737.755,60 | 10.411.408,21 | 225.158.054,34 |
| 2056 | 26.250.605,59 | 15.379.264,68 | 10.871.340,91 | 236.029.395,25 |
| 2057 | 27.394.785,60 | 16.041.647,92 | 11.353.137,68 | 247.382.532,93 |
| 2058 | 28.593.751,92 | 16.742.674,68 | 11.851.077,24 | 259.233.610,17 |

FONTE: Sistema GESTOR UM, Unidade Responsável: RPPS. Emissão: 31/12/2021.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atualmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2019, 2020 e 2021; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2021.

Município de Santo
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2023

R\$ 1,00

| TRIBUTOS MULTAS E JUROS | MODALIDADE | SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|---------------------------|------------|--|------------------------------|------|------|---------------------------|
| | | | 2023 | 2024 | 2025 | |
| PTU | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 57.300,77 | | | |
| TARIFA ÁGUA | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 23.898,41 | | | Vide Observação abaixo |
| ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 52.621,37 | | | |
| MILHO TROCA-TROCA | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 2.013,82 | | | |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 117.298,98 | | | |
| SERVIÇO AGROPECUÁRIO | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 6.711,43 | | | |
| ISSQN | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 3.507,32 | | | |
| FINANCIAMENTO FADESA | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 82.866,50 | | | |
| COLETA DE LIXO | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 4.103,18 | | | |
| ITBI | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 3.350,21 | | | |
| APROVAÇÃO DE PROJETO | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 164,36 | | | |
| INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO | ISENÇÃO | TODOS DEVEDORES | 122,71 | | | |
| TOTAL | | | 354.232,97 | | | |

Fonte: Contabilidade
Obs: 1 - Os valores de renúncia para 2023 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal.

2 - Em relação a renúncia não houve previsão para 2024 e 2025, por não haver previsão de renúncia de receita.

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desconcentrando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é detratado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da Federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 155, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o intuito objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsto e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2023

| AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) | Valor Previsto 2023 | R\$ 1,00 |
|--|-----------------------|----------|
| EVENTO | | |
| Aumento Permanente da Receita | | |
| Decorrente de Receitas Tributárias | (1.491.385,51) | |
| Decorrente de Transferências Correntes | 180.292,18 | |
| (-) Transferências Constitucionais | (1.671.677,68) | |
| (-) Transferências ao FUNDEB | 431.302,59 | |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | (1.060.082,91) | |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - | |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | (1.060.082,91) | |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | | |
| Novas DOCC | (1.488.025,11) | |
| Relativas a Pessoal e Encargos Sociais | 121.393,32 | |
| Relativas a Outras Despesas Correntes | (1.809.418,44) | |
| Novas DOCC geradas por PPP | - | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 427.942,20 | |

Fonte: Contabilidade

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2023 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2022-2023.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2023, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2021-2022 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (SEM MARGEM), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando for positivo é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|---------------------|---|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 100.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 100.000,00 |
| Dividas em Processo de Reconhecimento | - | | |
| Avais e Garantias Concedidas | - | | |
| Assunção de Passivos | - | | |
| Assistências Diversas | 50.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 50.000,00 |
| Outros Passivos Contingentes | - | | |
| SUBTOTAL | 150.000,00 | SUBTOTAL | 150.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 1.200.000,00 | Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 1.200.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | 5.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 5.000,00 |
| | 150.000,00 | Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 150.000,00 |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| | 136.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 136.000,00 |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| SUBTOTAL | 1.491.000,00 | SUBTOTAL | 1.491.000,00 |
| TOTAL | 1.641.000,00 | TOTAL | 1.641.000,00 |

O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referentes aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possíveis obrigações em 2023, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidos contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2023.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não realizadas), ou receitas não previstas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

Município de Barão
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDÊNCIAS | |
|---------------------------------------|---------------------|---|---------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 100.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 100.000,00 |
| Dividas em Processo de Reconhecimento | - | | |
| Avais e Garantias Concedidas | - | | |
| Assunção de Passivos | 50.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 50.000,00 |
| Assistências Diversas | - | | |
| Outros Passivos Contingentes | - | | |
| SUBTOTAL | 150.000,00 | SUBTOTAL | 150.000,00 |
| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 1.200.000,00 | Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 1.200.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | 5.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 5.000,00 |
| | 150.000,00 | Limitação de empenhos e abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 150.000,00 |
| Discrepância de Projeções: | | | |
| | 136.000,00 | Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência | 136.000,00 |
| Outros Riscos Fiscais | 1.491.000,00 | | |
| SUBTOTAL | 1.491.000,00 | SUBTOTAL | 1.491.000,00 |
| TOTAL | 1.641.000,00 | TOTAL | 1.641.000,00 |

O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referentes aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possíveis obrigações em 2023, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorrentes de eventos passados, mas que não estão reconhecidos contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2023.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de execução de despesas inicialmente não realizadas) ou a necessidade de despesas inicialmente não previstas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

MUNICÍPIO DE BARÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023
ANEXO IV
RELATORIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUÇÃO E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

| IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES | INÍCIO DA EXECUÇÃO | VALOR DO PROJETO | ATÉ EXERC ANTERIOR - 2021 | NO EXERCÍCIO DE 2022 | A EXECUTAR EM 2023 | EXECUÇÃO % | | | RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2023 | | |
|---------------------------------|--------------------|------------------|---------------------------|----------------------|--------------------|----------------------|---------------------------|----------------|--------------------------------|--------------|--|
| | | | | | | PROJETOS EM EXECUÇÃO | CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO | NOVOS PROJETOS | | | |
| PAVIMENTAÇÃO AVANÇAR CIDADES | 2021 | 4.736.319,23 | 59,18% | 13,37% | 27,45% | 1.300.000,00 | - | - | - | 2.000.000,00 | |
| PAVIMENTAÇÃO BRDE | 2023 | 2.000.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | - | |
| PAVIMENTAÇÃO FINISA II | 2023 | 3.000.000,00 | 0,00% | 3,33% | 96,67% | 2.900.000,00 | - | - | - | - | |
| CALÇAMENTOS/ASFALTOS | 2023 | 1.300.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 1.300.000,00 | |
| CALÇADAS DE PASEIO | 2023 | 395.896,77 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 395.896,77 | |
| CALÇAMENTO Mª EDITH SELBACH | 2023 | 355.713,61 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 355.713,61 | |
| CALÇAMENTO AV.CENTRAL.FR.ALTA | 2023 | 300.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 300.000,00 | |
| CALÇAM. N.º Sª NAVEGANTES II | 2023 | 400.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 400.000,00 | |
| PASEIO PÚBLICO/ACESSIBILIDADE | 2023 | 20.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 20.000,00 | |
| CANALIZAÇÃO DE ESGOTOS | 2023 | 100.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 100.000,00 | |
| CRECHE FR.ALTA | 2016 | 1.100.000,00 | 59,09% | 22,73% | 18,18% | 200.000,00 | - | - | - | - | |
| REFORMA DE ESCOLAS | 2023 | 20.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | 20.000,00 | - | - | |
| FECHAM.QUADRA EMEF.C.GOMES | 2023 | 150.000,00 | 0,0% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 150.000,00 | |
| TOLDO ARCO IRIS/EMEF.C.GOMES | 2023 | 150.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 150.000,00 | |
| REFEITÓRIO E RAMPA ARCO IRIS | 2023 | 2.557.000,00 | 0,00% | 0,00% | 31,29% | - | - | - | - | 800.000,00 | |
| CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO ESPORTIVAS | 2023 | 1.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 1.000,00 | |
| PRAÇAS E PARQUE PÚBLICO | 2023 | 50.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | 50.000,00 | - | - | |
| ESTACIONAMENTO CARLOS GOMES | 2023 | 100.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 100.000,00 | |
| REFORMA/PINTURAS UBSS | 2023 | 100.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | 100.000,00 | - | - | |
| CENTRO ADMINISTRATIVO | 2018 | 2.800.000,00 | 15,00% | 0,00% | 21,43% | 600.000,00 | - | - | - | - | |
| GAVETAS E MURO CEMITERIO | 2023 | 150.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 150.000,00 | |
| AQUISIÇÃO DE AREA DE TERRAS | 2023 | 63.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 63.000,00 | |
| PARADAS DE ONIBUS | 2023 | 7.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | - | - | - | 7.000,00 | |

| | | | | | | | | |
|-----------------------------------|------|------------|-------|--------|---------|--------------|------------|--------------|
| INFRAESTRUTURA COPACABANA | 2022 | 264.333,27 | 0,00% | 18,92% | 81,08% | 214.333,27 | | |
| MAIS INFRAESTRUTURA ARROIO CANOAS | 2022 | 100.000,00 | 0,00% | 10,00% | 90,00% | 90.000,00 | | |
| AQUISIÇÃO DE RETROSCAVADEIRA | 2023 | 100.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | | | 100.000,00 |
| PONTE ARROIO CANOAS | 2023 | 30.000,00 | 0,00% | 0,00% | 100,00% | - | | 30.000,00 |
| Total dos Recursos a Priorizar | | | | | | 5.304.333,27 | 170.000,00 | 6.422.610,38 |